política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Taxação injusta do vinho



VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

O deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (PP, foto) apresentou requerimento solicitando ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) um levantamento completo sobre os produtores de vinhos, espumantes e derivados da uva no Brasil. O objetivo é mapear o tamanho do setor para mensurar os impactos de uma Medida Provisória (MP) recém-editada, que regulamenta a cobrança do novo Imposto Seletivo a partir de 2027. Westphalen argumenta que a cadeia produtiva, formada majoritariamente pela agricultura familiar e por pequenas vinícolas, será diretamente afetada pela nova carga tributária e pelos custos regulatórios. Os dados cobrados da pasta - que incluem o volume de produção por Estado e a quantidade de empresas ativas - servirão de base técnica para o debate da MP no Congresso e para a elaboração de políticas de proteção à competitividade do produto nacional frente aos rótulos importados.

'Lei Suzane von Richthofen'

Já o deputado federal gaúcho Sanderson (PL) apresentou um projeto de lei que proíbe e criminaliza o enriquecimento de condenados por meio da exploração comercial de seus próprios crimes. Apelidada de "Lei Suzane von Richthofen", a proposta vem logo após a Netflix lançar o documentário "Suzane von Richthofen: O que o Tempo Não Apaga". Rumores de que a plataforma teria pago R$ 500 mil pelo depoimento inédito da condenada reacenderam o debate sobre limites éticos. O texto do parlamentar visa impedir que pessoas com sentença transitada em julgado recebam direitos autorais ou cachês por entrevistas, livros e obras audiovisuais que narrem o delito. A medida estabelece pena de 1 a 4 anos de prisão e sanções para "laranjas", garantindo que eventuais lucros obtidos pelos criminosos sejam confiscados e destinados à reparação das vítimas ou a fundos públicos.

Internet nas escolas em risco

Os senadores gaúchos Luis Carlos Heinze (PP) e Hamilton Mourão (Republicanos) assinaram um requerimento de urgência para a votação de um projeto de lei que prorroga o prazo para o uso de verbas federais destinadas à garantia de acesso à internet na rede pública de ensino. A legislação em vigor determina que os recursos - repassados aos estados para bancar a conectividade de alunos e professores - sejam aplicados apenas até 31 de dezembro deste ano. A proposta estende o limite para o final de 2028, evitando a devolução obrigatória do dinheiro à União. Segundo a justificativa do pedido, encabeçado pelo senador Flávio Arns (PSB-PR), o saldo parado nas contas dos entes federativos ainda chega a R$ 1,8 bilhão (mais da metade do valor original), e a falta de prorrogação comprometeria os programas educacionais de inclusão digital que já estão em andamento.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.
SKO OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade
www.sko.com.br | 51 3342.9323

Definidos os presidentes da Assembleia de 2027 a 2030

Maiores bancadas eleitas farão rodízio no comando do Parlamento

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Um acordo extraoficial vigente há mais 15 anos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul determina um rodízio na presidência da Casa entre as quatro maiores bancadas eleitas, em que as siglas podem indicar um representante para comandar o Parlamento em cada ano da legislatura. A próxima se inicia em 2027 e se estende até 2030. Assim, o Parlamento gaúcho será presidido pelos deputados Kelly Moraes (PL), em 2027, Luciano Silveira (MDB), em 2028, Jeferson Fernandes (PT), em 2029, e Joel Wilhelm (PP), em 2030.

A maior bancada será a do PL, com 12 parlamentares, seguida pelas federações PT-PCdoB-PV, com 11, e União Brasil-PP, com oito. A quarta maior bancada é a do MDB, que contará com cinco cadeiras na próxima legislatura.

Kelly Moraes (PL) - 2027



RAUL PEREIRA/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

A bancada estadual do PL na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul indicou por unanimidade a deputada Kelly Moraes (PL) para presidir a Assembleia Legislativa em 2027. A parlamentar substituirá o atual presidente da Casa, Sergio Peres (Republicanos).

Natural de São Leopoldo, Kelly Moraes acumula quatro mandatos como deputada estadual, além de ter sido vereadora e prefeita de Santa Cruz do Sul e deputada federal.

Nestas eleições, conquistou o seu quarto mandato na Assembleia Legislativa com 56.436 votos.

Atualmente, a parlamentar integra seis comissões permanetes da Casa e foi vice-presidente da Comissão Especial de Combate ao Feminicídio no RS.

Luciano Silveira (MDB) - 2028



FERNANDO GOMES/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

Deputado estadual eleito para o segundo mandato, Luciano Silveira é o indicado pelo MDB para ocupar a Presidência da Assembleia em 2028, no segundo ano da próxima legislatura. Atualmente, é líder da bancada do partido no Parlamento. Natural de Osório, Silveira foi reeleito com 64.235 votos.

As principais bandeiras do parlamentar envolvem atuações junto aos municípios e o trabalho em pautas relacionadas à saúde, infraestrutura, educação, agricultura e desenvolvimento regional. Na Assembleia Legislativa, é vice-presidente da Comissão da Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo. Em Osório, sua cidade natal, foi vereador e coordenador de Assistência Social.

Jeferson Fernandes (PT) - 2029



CLÁUDIO FACHEL/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

Indicado pela bancada do PT para presidir a Assembleia em 2029, Jeferson Fernandes foi reeleito neste ano para o quinto mandato como deputado estadual, tendo recebido 49.047 votos. Nascido em Santo Ângelo, é advogado com Mestrado em Direitos Humanos.

Sua atuação parlamentar é marcada pela defesa dos serviços públicos, valorização dos servidores do Estado e pela fiscalização de processos de privatização de estatais gaúchas. Fernandes também tem um foco em pautas relacionadas ao sistema prisional. Jeferson é autor, entre outras, das leis da Justiça Restaurativa, de Proteção e Atenção Integral aos órfãos do Feminicídio, de instituição da Semana da Consciência Negra.

Joel Wilhelm (PP) - 2030



FERNANDO GOMES/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

O deputado estadual Joel Wilhelm (PP) foi indicado para presidir a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2030. A decisão foi tomada na segunda-feira, pelos deputados eleitos e reeleitos do PP para a próxima legislatura, que começa em fevereiro de 2027. Reeleito em outubro com 88.572 votos, Wilhelm iniciará seu segundo mandato como deputado estadual no ano que vem. Antes de chegar ao Legislativo, foi prefeito de Igrejinha por dois mandatos consecutivos.

Atualmente, o parlamentar preside a Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa.

Entre suas principais áreas de atuação estão o municipalismo, a gestão pública e o desenvolvimento regional. Possui formação técnica em contabilidade e é graduado em Gestão Pública.